

Nº 147/2016, do BNDES, comunica a liberação de recursos financeiros no âmbito do contrato de repasse nº 13211501, Rel. nº 103950/2016

Nº 180/2016, do BNDES, comunica a liberação de recursos financeiros no âmbito do contrato de repasse nº 12203251, Rel. nº 103951/2016

Nº 552/2016, da CEF, comunica a liberação de recursos financeiros no âmbito do contrato de repasse nº 0227.530-01, Rel. nº 103952/2016

Nº 553/2016, da CEF, comunica a liberação de recursos financeiros no âmbito do contrato de repasse nº 0410.655-98, Rel. nº 103953/2016

Nº 554/2016, da CEF, comunica a liberação de recursos financeiros no âmbito do contrato de repasse nº 0319.580-60, Rel. nº 103954/2016

Nº 243/2016, da CDHU, encaminha relação de convênios firmados no período de 22/07 a 28/07 de 2016, Rel. nº 104070/2016

GOVERNO DO ESTADO - CASA CIVIL
Nº 198/2016, manifesta-se acerca do ofício SGP-P 107/15, Rel. nº 104074/2016

Nº 197/2016, manifesta-se acerca do ofício SGP-P 109/16, Rel. nº 104075/2016

Nº 199/2016, manifesta-se acerca do ofício SGP-P 189/15, Rel. nº 104076/2016

Nº 504/2016, encaminha resposta à Indicação 764/16, Rel. nº 104077/2016

Nº 506/2016, encaminha resposta à Indicação 762/16, Rel. nº 104078/2016

Nº 508/2016, encaminha resposta à Indicação 788/16, Rel. nº 104079/2016

Nº 510/2016, encaminha resposta à Indicação 799/16, Rel. nº 104080/2016

Nº 511/2016, encaminha resposta à Indicação 801/16, Rel. nº 104081/2016

Nº 253/2016, de Guaratinguetá, encaminha resposta ao Requerimento 1203/16, Rel. nº 104073/2016

SECRETARIAS DE ESTADO
Nº 636/2016, da Cultura, comunica a celebração de convênio com o Sindicato Rural de São Carlos, Rel. nº 104071/2016

Nº 637/2016, da Cultura, comunica a celebração de convênio com a Academia Paulista de Letras, Rel. nº 104072/2016

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28, DE 2016

ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - Esta Lei complementar regulamenta o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, estabelecendo normas gerais para a realização de concursos públicos na Administração Pública direta e indireta no âmbito do estado de São Paulo, com vistas à:

I – higidez dos princípios constitucionais e infraconstitucionais sobre concursos públicos;

II – defesa dos interesses da Administração Pública, com ênfase na impessoalidade, na moralidade e na legalidade;

III – defesa dos direitos dos candidatos.

Parágrafo único - Subordinam-se ao regime desta Lei complementar os concursos públicos para investidura em cargos públicos civis e militares, efetivos e vitalícios, e empregos públicos dos órgãos da administração direta e indireta, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo estado.

Artigo 2º - O concurso público destina-se a garantir a observância dos princípios constitucionais da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência e a selecionar os candidatos mais aptos ao ingresso no serviço público, e será processado, em todas as suas fases, em estrita conformidade com os seguintes princípios, além de outros deles decorrentes:

I – ineditismo;

II – motivação;

III – julgamento objetivo;

IV – competitividade;

V – seletividade;

VI – proibidade administrativa.

Artigo 3º - O concurso público, pela sua natureza de processo seletivo, é etapa anterior à nomeação ou contratação, não representando forma de provimento de cargos e empregos públicos.

CAPÍTULO II DO CONCURSO PÚBLICO

Seção I

Disposições Gerais

Artigo 4º - A realização de concursos públicos representa serviço público relevante, respondendo objetivamente a instituição organizadora e a Administração Pública pelos danos que seus respectivos agentes, nessa qualidade, causarem aos candidatos, assegurado o direito de regresso contra os responsáveis nos casos de dolo ou culpa.

Artigo 5º - O concurso público será realizado:

I – por execução direta, pelos próprios órgãos e entidades da Administração Pública; ou

II – por execução indireta, através da contratação de instituição organizadora incumbida regimental ou estatutariamente de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, com reconhecida reputação ético-profissional.

§ 1º - No caso do inciso II do “caput” deste artigo, a instituição organizadora do concurso será selecionada mediante licitação, nos termos do art. 46 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, admitidas as hipóteses de dispensa previstas no art. 24 daquela Lei.

§ 2º - Nas licitações para seleção da instituição organizadora, a documentação da licitante relativa à qualificação técnica deverá conter:

1 – comprovação de aptidão técnica e logística para a realização de concursos públicos;

2 – indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do concurso público, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, os quais deverão participar da realização do concurso, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

3 – metodologia de execução do concurso, que abrangerá todas as fases do procedimento, desde a publicação do edital até a homologação do resultado, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 3º - É vedado à instituição organizadora contratada realizar subcontratação, total ou parcial, para elaboração ou correção de questões de provas de concursos públicos.

Artigo 6º - Cabe ao Poder Público fiscalizar e acompanhar o procedimento do concurso público em todas as suas fases, não ficando excluída ou reduzida a responsabilidade da instituição organizadora pelo exercício de tal prerrogativa.

Artigo 7º - O concurso público será de provas ou de provas e títulos, cujo conteúdo programático e suas respectivas questões deverão estar de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

Parágrafo único - O concurso público poderá ser realizado em 2 (duas) etapas, nos termos dos artigos 25 e 35 desta Lei complementar.

Artigo 8º - É vedada a participação, como membro de banca examinadora, coordenador, fiscal de sala ou em qualquer outra função atinente à realização do concurso, de cônjuge ou parente de candidato, em linha reta ou colateral, por parentesco natural ou civil, até o terceiro grau, ou por adoção.

Artigo 9º - O cancelamento ou a anulação de concurso público com edital já publicado exige fundamentação objetiva, expressa e razoável, amplamente divulgada, e sujeita o órgão ou entidade responsável à indenização pelos prejuízos comprovadamente causados aos candidatos.

Seção II

Do Edital de Abertura do Concurso

Artigo 10 - O edital é a lei interna do concurso público, vinculando aos seus termos a Administração Pública e todos os candidatos, observado o disposto nesta Lei complementar.

§ 1º - O edital será redigido de forma clara e objetiva, visando à perfeita compreensão de seu conteúdo pelos candidatos.

§ 2º - É nulo e de nenhum efeito dispositivo do edital que contrarie a legislação aplicável aos servidores da carreira para a qual o concurso está sendo realizado.

§ 3º - É dever da instituição organizadora esclarecer, em 10 (dez) dias, contados do recebimento do requerimento, eventuais questionamentos dos pretendentes ao cargo ou emprego público, mesmo que ainda não inscritos no certame, desde que solicitados por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a divulgação do edital.

§ 4º - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital do concurso, devendo protocolar o pedido em até 5 (cinco) dias úteis após a sua divulgação, independentemente de previsão no edital.

Artigo 11 - Nenhum requisito de acesso a cargo ou emprego público será cobrado sem expressa previsão legal ou antes da data da investidura, vedada a exigência de comprovação de qualquer requisito no ato de inscrição no concurso.

§ 1º - A imposição de exigências de sexo, estado civil, idade, religião, condição familiar, características físicas ou de qualquer outra natureza exige expressa previsão legal e relação, objetivamente demonstrada no edital do concurso, da incompatibilidade da característica individual com o exercício do cargo ou emprego.

§ 2º - A escolaridade mínima e a qualificação profissional deverão estar de acordo com as leis que regem as profissões regulamentadas, quando for o caso.

Artigo 12 - O edital do concurso público será:

I – publicado integralmente no Diário Oficial do estado, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da realização da primeira prova;

II – disponibilizado no sítio oficial da internet do órgão ou entidade responsável pela realização do concurso público e no da instituição organizadora, em até 24 (vinte e quatro) horas após sua publicação na imprensa oficial.

§ 1º - A alteração de qualquer dispositivo do edital deverá ser divulgada na mesma forma do disposto no “caput” deste artigo, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando se tratar de mera correção de erro material.

§ 2º - A instituição organizadora divulgará todos os atos do concurso, na mesma forma do disposto no “caput” deste artigo.

Artigo 13 - O conteúdo mínimo do edital de abertura do concurso será composto de:

I – identificação da instituição organizadora do concurso e do órgão ou entidade pública que o promove;

II – ato oficial que autorizou a realização do concurso público;

III – lei de criação do cargo ou emprego público e da carreira, bem como seus regulamentos;

IV – identificação do cargo ou emprego público, suas atribuições, requisitos de investidura, classe de ingresso e remuneração inicial, discriminando-se as parcelas que a compõem, bem como sua natureza fixa e variável e seus limites de variação, quando for o caso;

V – quantidade de cargos ou empregos a serem providos, vedada a oferta simbólica de vagas ou a adoção exclusiva de cadastro de reserva, nos termos do artigo 14 desta Lei complementar;

VI – indicação precisa dos locais, horários e procedimentos de inscrição, bem como das formalidades para sua confirmação;

VII – valor da taxa de inscrição e hipóteses de isenção;

VIII – indicação do órgão e da localidade geográfica de lotação dos aprovados ou o critério para sua definição, respeitada a ordem de classificação no concurso;

IX – número de etapas do concurso público, com indicação das respectivas fases e seu caráter eliminatório e/ou classificatório;

X – enumeração precisa das disciplinas das provas, eventuais agrupamentos de provas e matérias e número de questões de cada disciplina, com seus respectivos valores individuais e pesos;

XI – conteúdo programático de cada disciplina, de forma clara, precisa e específica;

XII – datas de realização das provas, as quais só poderão ser alteradas por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

XIII – relação da documentação a ser apresentada pelo candidato no ato de inscrição e na realização das provas, bem como do material de uso permitido e não permitido em cada fase;

XIV – explicação resumida da relação existente entre cada disciplina cobrada no certame e as atribuições do cargo ou emprego público, de acordo com a natureza e complexidade das atribuições, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal;

XV – formas de divulgação dos resultados, com datas, locais e horários de consulta, vedada a adoção de consulta individual dos resultados, de acesso restrito unicamente ao candidato, salvo quanto aos dados pessoais inseridos em sua esfera de intimidade;

XVI – explicitação detalhada da metodologia de avaliação de cada fase do concurso público, inclusive das provas discursivas e orais, e das fórmulas de cálculo das notas;

XVII – quando for o caso, informação quanto à exigência de exames médicos específicos para a carreira ou de exame psicotécnico ou sindicância de vida progressa, com apresentação dos critérios objetivos de sua avaliação;

XVIII – regulamentação do processo de elaboração, apresentação, julgamento, decisão e conhecimento dos recursos contra os resultados das provas;

XIX – percentual de cargos ou empregos reservados às pessoas com deficiência e critérios para sua admissão;

XX – prazo de validade do concurso e possibilidade ou não de sua prorrogação; e XXI – cronograma detalhado das fases do concurso.

§ 1º - As referências a portarias ou outros atos normativos do Poder Público, de caráter infralegal ou infraregulamentar, indicarão a data em que foram publicados no Diário Oficial do estado, inclusive eventuais retificações, consolidações e atualizações.

§ 2º - Qualquer limitação ou exigência constante do edital deverá estar em plena conformidade com esta Lei complementar e com a lei de criação do respectivo cargo ou emprego público.

§ 3º - O edital poderá fornecer indicação bibliográfica relativa a cada matéria constante do edital, inclusive quanto às fontes de consulta para as disciplinas de atualidades e de conhecimentos gerais, nos termos do artigo 27 desta Lei complementar.

Artigo 14 - É vedada a realização de concurso público com oferta simbólica de vagas ou que se destine exclusivamente à formação de cadastro de reserva.

Sumário

Este caderno, com 40 páginas, contém as publicações da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado.
Não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

NOTICIÁRIO DA ASSEMBLEIA.....	1	COMISSÕES.....	10
ORDEM DO DIA	5	CONVOCAÇÕES	10
4 DE AGOSTO DE 2016 - 32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.....	5	ATAS	10
PAUTA	5	ATOS ADMINISTRATIVOS	11
5 DE AGOSTO DE 2016 - 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	TRIBUNAL DE CONTAS	13
ORADORES INSCRITOS.....	5	DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	14
EXPEDIENTE.....	5	DESPACHOS	14
4 DE AGOSTO DE 2016 - 100ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	ACÓRDÃOS.....	20
OFÍCIOS	5	PARECERES	23
PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR.....	6	SENTENÇAS	23
REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO	9	COMUNICADOS DE CARTÓRIOS.....	25
REQUERIMENTOS	9	ATAS DAS CÂMARAS E DO TRIBUNAL PLENO	25
INDICAÇÕES	10	DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO.....	40
PARECERES	10	UNIDADES REGIONAIS.....	40
		ATOS ADMINISTRATIVOS	40

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretora-Presidente
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor Industrial
Diretor de Gestão de Negócios
Jornalista Responsável
redacao@imprensaoficial.com.br

Maria Felisa Moreno Gallego
Richard Vainberg
Ivail José de Andrade
Eduardo Yoshio Yokoyama
Gabriel Zeitune (MTb 43.569)

Matriz

Imprensa Oficial do Estado S.A. Imesp
CNPJ 48.066.047/0001-84
I.E. 109.675.410.118

Sede e administração
Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 2799.9800

www.imprensaoficial.com.br
SAC 0800 01234 01

Filiais

• **Capital**
XV de Novembro t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
Rua XV de Novembro 318 Centro
São Paulo SP CEP 01013-000

Diário Oficial

Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

§ 1º - Entende-se por oferta simbólica a abertura de concurso público com número de vagas inferior a 5% (cinco por cento) das vagas do respectivo cargo ou emprego existentes no órgão ou entidade.

§ 2º - Para efeitos do disposto neste artigo, os órgãos e entidades da Administração Pública divulgarão, anualmente, inclusive em sítio da internet de amplo acesso ao público, o número de cargos ou empregos vagos em seus quadros, bem como, quando for o caso, as datas previstas para publicação dos editais de realização dos concursos.

Artigo 15 - O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável, 1 (uma) vez, por igual período, contado a partir da data de publicação da homologação do concurso.

§ 1º - O prazo de que trata o “caput” ficará suspenso por período equivalente ao previsto em ato administrativo de suspensão temporária de nomeação ou contratação dos aprovados.

§ 2º - A suspensão de que trata o § 1º será, no máximo, igual ao prazo inicial de validade do concurso.

Seção III

Da Inscrição

Artigo 16 - A inscrição do candidato poderá ser condicionada ao pagamento da taxa de inscrição fixada no edital, quando indispensável ao custeio do concurso, ressalvadas as hipóteses de isenção expressamente previstas em lei ou no edital do concurso.

§ 1º - As inscrições deverão ser disponibilizadas em página da internet, na qual os candidatos poderão ler a íntegra do edital e se inscrever, com a possibilidade de imprimir e salvar em meio eletrônico seu comprovante de inscrição.

§ 2º - Os horários de inscrição deverão facilitar ao máximo a sua realização pelos interessados, devendo os postos de recebimento de inscrição funcionar em horário comercial, ininterruptamente.

§ 3º - O período de inscrição será de no mínimo 30 (trinta) dias, contado da data da publicação do edital.

§ 4º - A inscrição pela internet impõe a adoção de processos de controle, segurança do procedimento e proteção contra fraude.

§ 5º - A inscrição no concurso poderá ser feita por procuração.

§ 6º - A relação dos candidatos que se inscreverem no concurso público, com nome completo, número de inscrição, cargo ou emprego a que concorrem e outros dados relevantes será previamente divulgada a todos os candidatos, antes da realização das provas, resguardado o sigilo dos dados inseridos na esfera de intimidade do candidato.

§ 7º - É vedada a exigência, como requisito de inscrição, de residência em determinado local.

Artigo 17 - O valor da inscrição deverá ser fixado mediante a observância irrestrita aos princípios, entre outros, da moralidade, isonomia, proporcionalidade, razoabilidade e da moralidade.

§ 1º - Para definir o valor da inscrição, devem-se levar em conta o seguinte:

- 1 – os vencimentos do cargo ou emprego público;
- 2 – a escolaridade exigida;
- 3 – a o número de etapas e fases do concurso público;
- 4 – o custo, mediante planilha demonstrativa, para realização do concurso público e sua relação com a expectativa de receita com as inscrições.

§ 2º - Será isento da taxa de inscrição o candidato que comprovar uma das seguintes situações:

1 – renda da sua entidade familiar inferior a 2 (dois) salários mínimos, à época da inscrição, mediante comprovante de renda ou de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) de que trata o Decreto federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e

2 – outras condições autorizadas pelo edital, desde que não firam a isonomia.

§ 3º - É assegurada a devolução do valor relativo à inscrição, em caso de adiamento, anulação ou cancelamento do concurso.

Artigo 18 - No caso de expedição de cartão confirmatório de inscrição, a instituição organizadora dará preferência à remessa por via postal para o endereço do candidato.

§ 1º - A retirada de cartão confirmatório de inscrição, ou de sua segunda via, poderá ser feita pessoalmente ou por procuração.

§ 2º - O candidato que não receber a confirmação da inscrição em até 7 (sete) dias úteis antes da realização da prova poderá solicitar à instituição organizadora que providencie meio alternativo de comprovação da inscrição, que deverá ser fornecido ao candidato em até 2 (dois) dias úteis antes da prova.

Artigo 19 - Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso para inscrição ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

CAPÍTULO III

DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Artigo 20 - É assegurado à pessoa com deficiência inscrever-se em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo ou emprego cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência, obedecidas as seguintes regras específicas:

1 – os editais e as provas serão disponibilizados e operacionalizados em linguagem e com recursos compatíveis com as deficiências do candidato, nos termos do regulamento;

II – os editais serão confeccionados em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e, mediante opção do candidato, também as provas serão realizadas em Libras, com assistência de intérprete ou recurso apto a possibilitar ao candidato a compreensão das provas.

§ 1º - O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas previstas no edital, sem prejuízo de concorrer às vagas reservadas.

§ 2º - O percentual de vagas reservadas às pessoas com deficiência será de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento).

§ 3º - O candidato com deficiência participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, especialmente no que concerne:

- 1 – ao conteúdo das provas;
- 2 – aos critérios de avaliação e aprovação;
- 3 – ao horário e ao local de aplicação das provas, garantida a devida acessibilidade;
- 4 – à nota mínima exigida para aprovação.

§ 4º - É dever da instituição organizadora assegurar as condições necessárias aos candidatos com deficiência para a realização do concurso público.

§ 5º - Se da aplicação do percentual oferecido aos candidatos com deficiência resultar número fracionado de vagas, o arredondamento será feito para o número inteiro seguinte, observado o percentual máximo de 20% (vinte por cento) das vagas.

§ 6º - Não serão consideradas com deficiência, para fins de concurso público, aquelas pessoas cuja deficiência não provoque dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, conforme parecer de junta médica oficial.

§ 7º - A condição de pessoa com deficiência, observado o § 6º deste artigo, e a compatibilidade com as atribuições do cargo serão aferidas, quando da convocação para posse, por junta médica oficial composta por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo ao menos 1 (um) de especialidade médica especificamente relacionada à deficiência do candidato.

§ 8º - Os candidatos com deficiência declararão tal condição à instituição organizadora, por ocasião da inscrição no concurso público, sendo:

1 – vedada a exigência de apresentação de laudo médico como condição para a inscrição;

2 – obrigatória a apresentação de laudo médico para habilitação a fase subsequente à prova objetiva.

§ 9º - A relação dos candidatos que se inscreverem no concurso na condição de pessoas com deficiência será previamente divulgada, em lista separada, observado o disposto no § 6º do artigo 16 desta Lei complementar.

§ 10 - As vagas reservadas aos candidatos com deficiência que não forem por estes preenchidas, por ausência de aprovados, reverterão aos candidatos sem deficiência aprovados no concurso, segundo a ordem classificatória.

CAPÍTULO IV

DAS PROVAS

Seção I

Disposições Gerais

Artigo 21 - As provas escritas objetivas serão aplicadas em pelo menos 1 (uma) capital por região geográfica na qual houver mais de 50 (cinquenta) candidatos inscritos.

§ 1º - O edital de abertura deverá indicar o calendário de provas, devendo a convocação para cada fase dar-se por novo edital, com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência de sua realização.

§ 2º - As provas serão realizadas, preferencialmente, aos domingos.

§ 3º - Aos candidatos que, em razão de credo religioso, não puderem fazer as provas nas datas e horários estabelecidos, será oferecida a realização em horário compatível com sua fé, devendo o órgão ou entidade executora garantir o sigilo das provas.

Artigo 22 - O local de realização das provas deverá contar com:

I – vias de acesso apropriadas para candidatos com deficiência;

II – condições ambientais e instalações que não impliquem desgaste físico ou mental desnecessário ao candidato ou lhe prejudiquem a concentração;

III – instalações sanitárias adequadas e próximas à sala de prova;

IV – serviço de atendimento médico de emergência.

Artigo 23 - As provas serão elaboradas de maneira clara e objetiva, de forma a possibilitar ao candidato a compreensão do tema dado a julgamento, a partir do estabelecimento de padrão de compreensão médio do candidato e considerado o nível de escolaridade do cargo ou emprego.

§ 1º - É vedado o uso, nos enunciados das questões, de vocabulário ou nomenclatura técnica em desuso, abandonada ou rara, e de expressões, vocabulário ou construções fraseológicas que levem à ambiguidade, à dubiedade ou à imprecisão semântica, devendo a instituição organizadora utilizar a terminologia ordinária do padrão da língua culta.

§ 2º - A utilização de palavras e expressões estrangeiras, sem a respectiva tradução, só será admitida quando consagradas pelo uso, no ramo de conhecimento específico da questão, ou quando se tratar de prova de língua estrangeira.

Artigo 24 - As provas e exames terão caráter:

I – eliminatório, em que o candidato que não atingir determinada nota mínima, ou não for considerado apto, estará eliminado do concurso;

II – classificatório, em que a nota do candidato será computada no cálculo final da classificação no concurso;

III – eliminatório e classificatório, em que o candidato que não atingir determinada nota mínima, ou não for considerado apto, estará eliminado e sua nota será computada no cálculo final da classificação no concurso;

IV – indicativo, em que apenas se verificará a aptidão do candidato para determinadas atribuições específicas do cargo, para efeito de definição de sua lotação, sem influência na aprovação ou classificação no concurso.

Artigo 25 - A primeira etapa do concurso público poderá ser composta por 1 (uma) ou mais das seguintes fases:

I – prova escrita objetiva;

II – prova escrita discursiva;

III – prova oral;

IV – prova física;

V – prova prática;

VI – exame médico;

VII – exame psicotécnico;

VIII – exame psicológico;

IX – sindicância de vida progressa; e

X – avaliação de títulos.

Artigo 26 - É obrigatória a realização da prova escrita objetiva.

§ 1º - No caso de questão objetiva de múltipla escolha em que se verifique a existência de 2 (duas) ou mais alternativas corretas, será considerada válida a resposta que aponte qualquer delas, ainda que a instituição organizadora entenda ser uma delas mais completa ou escoreita.

§ 2º - É vedada, nas questões objetivas, a utilização de alternativas que declarem que nenhuma, todas, algumas, anteriores ou posteriores alternativas estão corretas ou erradas.

Artigo 27 - As questões que versarem sobre atualidades limitar-se-ão a cobrar conhecimentos sobre fatos ocorridos até a data da publicação do edital de abertura do concurso.

§ 1º - É vedada a cobrança de análises, opiniões, laudos ou pareceres de especialistas ou jornalistas sobre fatos da atualidade, sendo permitido unicamente aferir o conhecimento do candidato sobre os fatos em si ocorridos.

§ 2º - Os fatos da atualidade cobrados devem ser relevantes e possuir alcance nacional ou internacional, vedada a cobrança de dados específicos irrelevantes ou de fatos de alcance meramente regional ou local.

§ 3º - O edital indicará, como referência para o conteúdo programático de atualidades, os jornais, livros, revistas e sítios da internet veiculadores de notícias, brasileiros, cujas informações servirão de base para elaboração das questões, sendo vedada a cobrança de notícia veiculada exclusivamente em programa de rádio ou televisão.

§ 4º - Será anulada a questão de atualidades ou conhecimentos gerais cujo conteúdo seja apresentado de forma divergente ou contraditório em mais de um meio de informação previsto no § 3º deste artigo, ou em contradição com dados oficiais de onde as informações jornalísticas possam ter sido retiradas, quando tais divergências ou contradições prejudicarem o julgamento objetivo da questão.

§ 5º - Aplica-se às questões sobre atualidades e conhecimentos gerais, no que couber, o disposto no § 1º do artigo 38 desta Lei complementar.

Artigo 28 - A instituição organizadora definirá, no edital do concurso, o gênero literário, a tipologia textual e os números mínimo e máximo de linhas das questões discursivas.

Artigo 29 - É assegurado ao candidato retirar-se do local de aplicação com o seu caderno de questões objetivas e discursivas, desde que tenha ali permanecido pelo período mínimo estabelecido no edital.

Artigo 30 - A prova oral será realizada em local de livre acesso ao público, resguardadas as condições necessárias à concentração dos examinadores e dos candidatos.

§ 1º - A prova oral será gravada em áudio e vídeo, com obrigatória entrega de cópia da respectiva prova ao candidato que a solicitar, mediante o pagamento das despesas de confecção da cópia, se exigido.

§ 2º - É assegurado ao candidato surdo-mudo ou impossibilitado permanentemente de falar o direito de realizar a prova oral, por meio de comunicação com intérprete oficial da instituição organizadora, utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e os demais recursos de expressão a ela associados.

Artigo 31 - A sindicância de vida progressa considerará apenas elementos e critérios de natureza objetiva, sendo vedada a exclusão do concurso de candidato que responda a mero inquérito policial ou a processo criminal sem sentença condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado.

Artigo 32 - A prova física exige a indicação no edital do tipo de prova, das técnicas admitidas e dos índices mínimos, especificados para candidatos e candidatas, necessários para aprovação.

§ 1º - A gravidez não é fator de inabilitação em prova física.

§ 2º - A candidata que comprovar gravidez poderá:

1 – realizar a prova física na data fixada pelo edital, caso se entenda em condições físicas para isso;

2 – requerer a realização da prova física em até 180 (cento e oitenta) dias após o parto ou término do período gestacional, sem prejuízo da sua participação nas demais fases do concurso.

§ 3º - Na hipótese do item 2 do § 2º deste artigo, a candidata que não estiver apta a realizar a prova física no prazo máximo estabelecido será eliminada do concurso.

Artigo 33 - O edital do concurso deverá informar o equipamento, material ou instrumentos que serão utilizados ou aceitos para a realização da prova prática, com indicação, se for o caso, de marca, modelo, ano e tipo, com todas as indicações necessárias à sua perfeita identificação.

§ 1º - O equipamento, material ou instrumento utilizado deverá necessariamente guardar relação direta com aquele à que sujeito o candidato aprovado, no exercício das funções do cargo ou emprego público.

§ 2º - É obrigatório o oferecimento de equipamento, material ou instrumentos idênticos a todos os candidatos, vedada a variação de marca, modelo ou tipo.

Artigo 34 - Todas as avaliações dos exames psicotécnico e psicológico serão fundamentadas segundo critérios objetivos, podendo os candidatos obter cópia de todo o processo envolvendo sua avaliação.

Parágrafo único - Os exames psicotécnico e psicológico não poderão consistir exclusivamente em entrevistas.

Artigo 35 - A segunda etapa do concurso, quando houver, será constituída de curso ou programa de formação.

§ 1º - Os candidatos aprovados e classificados na primeira etapa serão convocados por edital para fins de matrícula no curso de formação, observado o prazo fixado pelo órgão ou entidade realizadora do certame.

§ 2º - O candidato que não formalizar a matrícula na segunda etapa dentro do prazo fixado pelo edital será considerado reprovado e, conseqüentemente, eliminado do concurso, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

§ 3º - Havendo vagas remanescentes no curso de formação, em razão da não formalização da matrícula de candidato anteriormente convocado, deverão ser convocados novos candidatos, em igual número, obedecida a ordem de classificação e a nota de corte.

§ 4º - Será considerado reprovado no concurso público o candidato que não comparecer ao curso de formação ou dele se afastar sem motivo justificado.

§ 5º - Quando o número de candidatos aptos ao curso de formação ensejar a formação de várias turmas, iniciadas em datas diferentes, o prazo de validade do concurso terá início a partir da primeira homologação.

Artigo 36 - Em todas as fases do concurso, deverão ser publicadas listas com os nomes completos dos aprovados e as respectivas classificações atuais, até aquele momento, para fins de transparência e controle público do certame.

Parágrafo único - Nos concursos cujo sigilo dos nomes dos candidatos seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e desde que haja expressa previsão legal, admite-se a divulgação das listas de que trata o “caput” deste artigo apenas com o número de inscrição dos candidatos.

Seção II

Do Conteúdo Programático

Artigo 37 - É vedada a exigência de conteúdo programático em nível de complexidade superior ao necessário para o satisfatório exercício das funções do cargo ou emprego ou que não tenha relação com suas atribuições.

§ 1º - O conteúdo programático de cada disciplina será enunciado de forma precisa e detalhada, a fim de permitir ao candidato a perfeita compreensão do assunto a ser exigido, vedada a citação genérica de grandes tópicos do conhecimento.

§ 2º - É assegurado ao pretendente ao cargo ou emprego público, mesmo que ainda não inscrito no certame, o direito a receber, em 10 (dez) dias, contados da formalização do requerimento, os esclarecimentos necessários a respeito do conteúdo programático do concurso, devendo a instituição organizadora dar ampla publicidade à resposta ao requerimento.

Artigo 38 - A indicação bibliográfica de cada matéria, quando houver, vinculará a instituição organizadora e os candidatos à última edição existente da obra até a publicação do edital de abertura do concurso.

§ 1º - A não indicação de bibliografia, ou sua indicação apenas sugestiva, obrigará a instituição organizadora a aceitar, como critério de correção, posições técnicas, doutrinárias, teóricas e jurisprudenciais amplamente aceitas ou cientificamente comprovadas.

§ 2º - Será anulada a questão que percorra tema, assunto ou enfoque que seja objeto de divergência doutrinária em relação à doutrina majoritária.

Artigo 39 - A legislação de referência a ser considerada será a vigente na data da primeira publicação do edital do concurso.

Parágrafo único - Não será cobrada legislação revogada ou que entre em vigor após a data de publicação do edital, inclusive a relativa a leis e atos normativos vigentes.

Artigo 40 - Não será cobrada jurisprudência superada no Supremo Tribunal Federal, em Tribunal Superior ou no Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único - Nas provas objetivas a jurisprudência eventualmente cobrada deverá ser majoritária ou consolidada no Supremo Tribunal Federal, em Tribunal Superior ou no Tribunal de Contas da União.

Artigo 41 - As questões envolvendo legislação ou conhecimentos jurídicos serão elaboradas com o objetivo de aferir a compreensão, pelo candidato, do efetivo conteúdo normativo ou jurisprudencial veiculado, vedadas exigências assentadas na mera memorização de número de dispositivo ou de sua redação.

Artigo 42 - Sempre que possível, a prova oral será realizada no mesmo dia para todos os candidatos, sem interrupção, até que todos tenham sido examinados, devendo ser aplicadas as mesmas questões a todos que fizerem a prova no mesmo período do dia, assegurado, quando necessário, o isolamento dos candidatos em instalações adequadas, para evitar o acesso às questões antes de sua avaliação.

Seção III

Dos Critérios de Avaliação

Artigo 43 - O edital do concurso deverá trazer expresso o caráter eliminatório, classificatório, eliminatório e classificatório ou indicativo de cada fase do concurso, nos termos deste artigo e do artigo 24 desta Lei complementar.

§ 1º - As provas objetiva e discursiva terão caráter eliminatório e classificatório; a prova oral terá caráter meramente classificatório.

§ 2º - As provas física e prática, os exames médico e psicotécnico e a sindicância de vida progressa terão caráter eliminatório.

§ 3º - O exame de perfil psicológico terá caráter indicativo.

§ 4º - As questões de atualidades e a avaliação de títulos terão caráter classificatório.

Artigo 44 - Todas as provas e fases do concurso público terão seus respectivos pesos na nota final definidos no edital.

§ 1º - As provas objetivas não poderão ter peso inferior a 40% (quarenta por cento) da nota total do concurso.

§ 2º - As provas orais não valerão mais do que 20% (vinte por cento) da nota total do concurso.

§ 3º - Todas as questões do concurso terão seus valores individuais e respectivos pesos devidamente identificados no edital.

§ 4º - As fórmulas de cálculo das notas de todas as fases do concurso deverão estar explicitadas, de forma clara e compreensível, no edital.

Artigo 45 - Os critérios de avaliação da prova discursiva deverão ser divulgados no edital do concurso, com indicação da fórmula de cálculo e da descrição detalhada dos aspectos a serem considerados na correção.

§ 1º - A correção de conteúdo das provas discursivas será feita por, no mínimo, 2 (dois) examinadores, que não se comunicarão entre si, sendo a nota final de conteúdo a média dos resultados.

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

comunicado

Aos Assinantes do Diário Oficial

A Imprensa Oficial do Estado de São Paulo informa a todos os assinantes que o prazo para reclamação do não recebimento do exemplar do Diário Oficial, em domicílio, é de no máximo 48 horas após a data da edição do jornal.

Após esse período, o exemplar será enviado conforme disponibilidade em nosso estoque.

Gerência de Produtos Gráficos e de Informação

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io | **certificação digital**

SAC 0800 01234 01

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º - A correção de idioma das provas discursivas deverá ser feita por 1 (um) ou mais especialistas em língua portuguesa ou na língua estrangeira exigida, sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º - Na correção da prova discursiva, a banca examinadora deverá:

1 - assinalar de forma clara e direta a justificativa para a perda de pontos de cada erro cometido;

2 - assinalar ou indicar a linha em que o erro foi cometido, bem como sua natureza.

Artigo 46 - A avaliação das respostas às questões discursivas e orais deverá ser feita com base em espelho de correção e modelo de resposta, fornecidos em edital ou juntamente com o resultado preliminar da prova, onde estejam indicados, pelo menos:

I - os pontos de abordagem necessária;

II - a pontuação relativa aos pontos referidos no inciso I;

III - os critérios de atribuição da nota final da questão;

IV - as razões da perda de pontos pelo candidato.

Parágrafo único - As respostas às questões discursivas não conterão identificação nominal do candidato, para efeito de correção pelo examinador.

Artigo 47 - A prova oral será realizada por uma banca examinadora de, no mínimo, 3 (três) especialistas reconhecidos, por matéria, sendo a nota do candidato a média aritmética das avaliações.

Parágrafo único - As notas de cada especialista serão fornecidas à instituição organizadora sem que ele tenha conhecimento das notas atribuídas pelos demais examinadores.

Artigo 48 - Na prova prática, o desempenho do candidato será julgado por 1 (um) ou mais especialistas na área, por escrito e fundamentadamente.

Artigo 49 - O exame psicotécnico limitar-se-á à detecção de problemas que possam vir a comprometer o exercício das atividades inerentes ao cargo ou emprego disputado no concurso, sendo o resultado do exame "apto" ou "não apto".

§ 1º - A avaliação dos exames psicotécnico e psicológico será realizada por junta médica composta por pelo menos 3 (três) especialistas, devendo todos os resultados ser objetiva e tecnicamente fundamentados.

§ 2º - É vedada a realização de exame psicotécnico para aferição de perfil profissional, avaliação vocacional ou determinação de quociente de inteligência.

Artigo 50 - Os candidatos não classificados dentro de determinado número máximo de aprovados, ainda que tenham atingido nota mínima, poderão ser considerados automaticamente reprovados no concurso público, conforme previsão do edital.

Parágrafo único - Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados será considerado reprovado nos termos deste artigo.

Artigo 51 - É permitido o condicionamento da correção de cada fase do concurso à aprovação na fase anterior até determinada classificação, conforme previsão no edital.

Artigo 52 - A inabilitação ou reprovação em qualquer fase ou etapa do concurso será necessariamente motivada, segundo critérios objetivos, por meio de linguagem clara e acessível ao candidato.

Parágrafo único - Para efeitos do "caput" deste artigo e relativamente às provas objetivas, o gabarito será considerado motivação suficiente.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Artigo 53 - As regras da avaliação de títulos deverão especificar:

I - os critérios de pontuação a ser obtida pela apresentação de cada título;

II - o número máximo de pontos a ser obtido nas provas de títulos.

§ 1º - A avaliação dos títulos deverá seguir critérios objetivos e razoáveis, expressamente descritos no edital, de acordo com as atribuições e responsabilidades do cargo ou emprego público.

§ 2º - Não serão aceitos títulos que não guardem relação com as atribuições do cargo ou emprego em disputa, que firam a isonomia ou que tenham sido obtidos em data posterior à da publicação do edital do concurso.

§ 3º - A prova de títulos deverá ser realizada como etapa posterior às provas escritas e somente apresentarão os títulos os candidatos aprovados e classificados nas etapas anteriores ou que tiverem sua inscrição aceita no certame.

§ 4º - A avaliação de títulos não poderá ter peso superior a 10% (dez por cento) da nota total do concurso.

§ 5º - Não haverá exigência de títulos nos concursos destinados ao preenchimento de cargos e empregos dos níveis fundamental e médio de escolaridade.

§ 6º - É vedada a utilização de tempo de serviço público ou privado como título.

Artigo 54 - A abertura dos envelopes contendo os títulos dos candidatos será realizada em sessão pública, designada e divulgada com ampla publicidade, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos candidatos presentes, se desejarem, e pela comissão encarregada da avaliação dos títulos.

§ 1º - Os candidatos poderão comparecer à sessão pública pessoalmente ou por intermédio de procurador regularmente constituído.

§ 2º - Os títulos apresentados serão rubricados pelos membros da comissão e pelos candidatos presentes que assim o desejarem.

§ 3º - É assegurado aos candidatos presentes à sessão pública ou aos seus procuradores o direito de receber cópias dos títulos apresentados pelos demais candidatos, mediante ressarcimento do custo reprográfico, se exigido.

CAPÍTULO VI DOS RECURSOS

Artigo 55 - É vedada a realização de prova ou fase de concurso sem previsão de recurso administrativo contra seu resultado.

Artigo 56 - Todos os resultados dos recursos deverão ser objetiva e tecnicamente fundamentados, possibilitando ao candidato o conhecimento das razões de sua reprovação, inabilitação, inaptidão ou não recomendação.

Artigo 57 - É assegurado ao candidato vista de todas as provas aplicadas e de seus resultados preliminares e definitivos, por meio de sistema na internet que possibilite a visualização e a impressão dos enunciados das questões e das respostas do candidato, inclusive do cartão-resposta das questões objetivas e dos textos das questões discursivas redigidos pelo candidato.

§ 1º - A vista de que trata o "caput" deste artigo e a obtenção de cópias serão disponibilizadas também em meio físico ao candidato que prefira comparecer ao local determinado pela instituição organizadora em edital, diretamente ou por meio de procurador.

§ 2º - O prazo para recurso contra o resultado de qualquer fase do concurso não será inferior a 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º - A instituição organizadora deverá disponibilizar sistema de elaboração de recursos pela internet que permita ao candidato redigir e enviar seu recurso, com a funcionalidade, se possível, de anexar arquivos magnéticos de texto ou figuras, como auxílio à fundamentação do recurso, com fornecimento de número de protocolo e possibilidade de impressão e salvamento em arquivo magnético do comprovante.

§ 4º - A instituição organizadora poderá aceitar também o envio de recurso por meio dos correios, podendo exigir que isso seja feito por carta registrada ou outra modalidade de envio que assegure a celeridade e a segurança.

§ 5º - É vedada qualquer limitação no exercício da ampla defesa na apresentação dos recursos, especialmente no que se refere ao número máximo de caracteres, palavras, linhas ou páginas.

Artigo 58 - As respostas aos recursos dos candidatos:

I - não poderão ser vagas ou genéricas;

II - deverão descrever, em relatório sucinto, os principais argumentos utilizados pelos candidatos em seus recursos;

III - deverão conter justificativa clara e objetiva, em relação aos principais argumentos utilizados pelo candidato recorrente, com fundamentação técnica da razão de provimento ou rejeição dos recursos;

IV - deverão ser fornecidas ao candidato em até 2 (dois) dias após a divulgação do resultado definitivo, especialmente no caso de indeferimento do recurso.

§ 1º - O julgamento de todos os recursos será motivado, de forma clara e congruente, e permanecerá disponível ao público em geral, devendo os pareceres dos especialistas ser disponibilizados na internet, com possibilidade de salvamento magnético e impressão.

§ 2º - As decisões sobre os recursos, principalmente as indeferitórias, conterão ampla, objetiva e fundamentada sustentação, vedada a alegação vazia, obscura, evasiva, lacônica ou imprecisa.

§ 3º - O profissional responsável pela elaboração da questão objeto do recurso ou do gabarito oficial é impedido de examinar, direta ou indiretamente, o recurso interposto e suas razões.

§ 4º - Nas provas discursivas e orais, a análise dos recursos não poderá resultar em diminuição da pontuação anteriormente obtida, salvo a constatação de erro aritmético.

§ 5º - É vedada a anulação, total ou parcial, de questão de prova de concurso público, ou a alteração de gabarito de questão objetiva, sem a apresentação aos candidatos das devidas justificativas.

Artigo 59 - A decisão que anular ou alterar gabarito de questão objetiva acarretará novo cálculo da nota de todos os candidatos que realizaram a prova, independentemente de terem recorrido da questão.

Artigo 60 - Deverão ser anuladas:

I - as questões objetivas com nenhuma resposta correta;

II - as questões com enunciado redigido de maneira obscura ou dúbida;

III - as questões com erro gramatical substancial;

IV - as questões que exigirem conteúdo programático não previsto especificamente no edital ou não constante da bibliografia indicada como obrigatória ou dela divergente;

V - as questões que versem assuntos objeto de divergência doutrinária;

VI - as questões que forem cópias literais de outras já utilizadas em concursos públicos anteriores, da mesma ou de outra instituição organizadora;

VII - as questões de conteúdo flagrantemente não relevante para o exercício do cargo ou emprego; e

VIII - as questões que reproduzirem literalmente dispositivo de lei ou ato normativo cujo sentido isolado seja divergente de sua interpretação sistemática com os demais dispositivos normativos sobre o assunto.

CAPÍTULO VII DOS CANDIDATOS APROVADOS

Artigo 61 - Os candidatos aprovados serão nomeados ou contratados com obediência rigorosa à ordem de classificação do concurso público, sob pena de nulidade da investidura.

§ 1º - Os aprovados em número excedente ao das vagas inicialmente previstas no edital possuem direito à nomeação ou contratação, limitada pelo prazo de validade do concurso, em caso de demonstração inequívoca da Administração quanto à necessidade de admissão de pessoal, inclusive pela contratação de agentes temporários ou prestadores de serviços terceirizados para o desempenho de funções inerentes aos cargos ou empregos do concurso.

§ 2º - Havendo desistência expressa ou tácita à investidura de candidatos nomeados ou convocados para contratação, deverá a Administração convocar os candidatos remanescentes, na ordem de classificação, para provimento das vagas não preenchidas.

§ 3º - Para efeito deste artigo, é dever do candidato manter atualizado seu endereço e demais dados de contato junto ao órgão ou entidade promotora do concurso.

Artigo 62 - No exame de saúde do candidato convocado para a investidura somente poderão ser consideradas como inabilitantes as condições físicas ou psíquicas que impeçam o exercício normal das funções do cargo ou emprego.

Artigo 63 - É assegurado ao candidato, mediante requerimento realizado antes da nomeação ou convocação para contratação, o direito de ser reclassificado no final da lista de aprovados do concurso.

Artigo 64 - Não serão convocados para posse candidatos aprovados em concurso realizado dentro do prazo de validade de concurso anterior para os mesmos cargos, exceto se, neste caso, havendo ainda prazo de validade, não mais houver candidatos aprovados.

§ 1º - O fim do prazo de validade do concurso sem que os aprovados remanescentes sejam nomeados ou contratados exige fundamentação formal, objetiva e suficiente por parte da Administração.

§ 2º - A abertura de novo concurso durante a validade de concurso anterior para o mesmo cargo ou emprego gera direito subjetivo à nomeação dos excedentes, em igual número ao das vagas oferecidas no edital do novo concurso.

CAPÍTULO VIII DO CONTROLE JURISDICIONAL DO CONCURSO PÚBLICO

Artigo 65 - É assegurado o acesso ao Poder Judiciário para impugnar, no todo ou em parte, o edital normativo do concurso público e para a discussão acerca da legalidade das questões, bem como da legalidade dos critérios de correção de prova, segundo o estabelecido nesta Lei complementar.

Parágrafo único - Considera-se ilegal o gabarito ou a solução considerada correta pela instituição organizadora que viole manifestamente o conhecimento técnico ou legal relativo à questão.

Artigo 66 - A sentença ou acórdão que declarar a nulidade de questão de concurso acarretará a atribuição dos respectivos pontos a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido administrativamente ou de serem parte da ação judicial em que se discute o feito.

§ 1º - A nulidade tão somente da correção da questão acarretará nova correção para o candidato.

§ 2º - Será anulada a questão que se enquadrar nos casos previstos no art. 60 desta Lei complementar.

CAPÍTULO IX DA BANCA EXAMINADORA

Artigo 67 - As Bancas Examinadoras dos concursos públicos serão compostas por profissionais ou docentes de reputação ilibada e notório conhecimento técnico da disciplina integrante do programa de cada certame.

Parágrafo único - Aos integrantes das Bancas Examinadoras será exigido compromisso de sigilo sobre todos os atos do certame que não sejam públicos, mediante assinatura prévia de termo específico.

Artigo 68 - Não poderão ser designados para compor a Banca Examinadora, nem nelas permanecer:

I - sócio ou professor de cursos preparatórios para concursos públicos na área em que se realizar o certame que ostentem ou tenham ostentado tal condição até 6 (seis) meses antes da publicação do edital do certame;

II - cônjuge, companheiro, parente, natural ou civil, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e afim de pessoas enquadradas na hipótese do inciso I;

III - cônjuge, companheiro, parente, natural ou civil, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e afim de candidato inscrito no respectivo certame.

Parágrafo único - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, exigir-se-á dos designados declaração de que não estão incursos em quaisquer das hipóteses arroladas nos incisos I a III.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 69 - São nulos os atos de concursos públicos que contrariarem o disposto nesta Lei complementar.

Artigo 70 - A instituição organizadora resguardará o sigilo das provas, podendo seus agentes ser responsabilizados administrativa, civil e criminalmente por atos ou omissões que possam divulgar ou propiciar a divulgação indevida, no todo ou em parte, de provas, questões, gabaritos ou resultados.

Artigo 71 - A fim de assegurar o princípio do ineditismo e o controle público, as instituições organizadoras deverão divulgar ao público em geral, em seu sítio na internet, por tempo indeterminado, todas as suas provas objetivas, discursivas e orais, gabaritos preliminares e definitivos, razões de modificação de gabarito, resultados e propostas de solução já realizadas em concursos públicos.

Artigo 72 - Durante a execução de testes que se exija a realização por determinado período de tempo, a instituição organizadora disponibilizará cronômetro de forma que todos os candidatos e os espectadores possam ter acesso a marcação do tempo.

Artigo 73 - O servidor ou empregado público que, em razão de anulação do concurso público a que não tenha dado causa, perca o cargo ou emprego já assumido tem direito a retornar ao cargo ou emprego anteriormente ocupado, desde que exerça tal opção no prazo de até 60 (sessenta) dias após a anulação definitiva do certame.

Artigo 74 - Mediante prévia solicitação à instituição organizadora, é assegurado à candidata lactante o direito a levar acompanhante às provas, que será o responsável pela guarda da criança.

§ 1º - A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões, ficando com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.

§ 2º - A candidata lactante poderá se ausentar da sala para amamentar seu filho a intervalos regulares, devidamente acompanhada por fiscal de prova, o qual assegurará a manutenção das condições de sigilo e isonomia com os demais candidatos na realização da prova e a reposição do tempo despendido na amamentação, até o máximo de 1 (uma) hora.

§ 3º - A relação das candidatas que obtiverem o deferimento de pedido de condição especial de realização de prova como lactante, nos termos deste artigo, será previamente divulgada, em lista separada, a todos os candidatos do concurso, observado o disposto no § 6º do artigo 16 desta Lei complementar.

Artigo 75 - Havendo candidatos aprovados em concurso público dentro do número de vagas gera direito líquido, certo e exigível, mesmo após a vigência do concurso.

Artigo 76 - Qualquer candidato, cidadão, pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei complementar.

Parágrafo único - O Tribunal de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de aplicação das primeiras provas, cópia de edital de concurso já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração e as instituições organizadoras à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.

Artigo 77 - Fica impedido de realizar a prova o candidato:

I - que se negar ao cumprimento das normas previstas no edital o concurso público;

II - cuja conduta perturbe os demais candidatos ou seja inadequada ao ambiente em que a prova esteja sendo realizada.

Artigo 78 - De modo a assegurar a efetividade da fiscalização, a instituição organizadora deverá disponibilizar, no mínimo 1 (um), fiscal para cada grupo de 50 (cinquenta) candidatos.

Artigo 79 - Não pode ser contratada pelo órgão ou entidade interessada, para a realização de concurso público, pessoa jurídica cujo presidente, diretor ou sócio tenha sido condenado judicialmente por qualquer ato fraudulento na realização de concurso público.

Parágrafo único - O prazo de inabilitação é de 5 (anos) anos, contado do trânsito em julgado da decisão.

Artigo 80 - A lisa do concurso público é de responsabilidade de todo agente, órgão, entidade ou pessoa jurídica envolvidos na sua realização.

Parágrafo único - Responde administrativa, civil e penalmente quem, de forma dolosa ou culposa, der causa a irregularidade em concurso público.

Artigo 81 - A convocação do candidato aprovado far-se-á mediante publicação na imprensa oficial e por correspondência pessoal.

Artigo 82 - É de inteira responsabilidade do candidato aprovado manter seus dados atualizados no órgão ou na entidade interessada no concurso público.

Artigo 83 - As referências desta Lei complementar às instituições organizadoras de concurso referem-se aos órgãos e entidades da Administração Pública, quando o certame for realizado por execução direta.

Artigo 84 - Esta Lei complementar entra em vigor em 90 dias da data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Quando se trata de concursos públicos há carência de legislação para nortear seus parâmetros. Há poucos limites para o agir das bancas examinadoras, deixando o direito dos candidatos lesado. Aliás, por existir pouca legislação disciplinando o tema imoralidades são feitas e injustiças, socorrendo-se da falta de legislação.

Vemos diversos candidatos, passando pela árdua tarefa de preparo para um concurso público, empregando várias horas de estudo, resolvendo inúmeras questões, abrindo mão de finais de semana com seus familiares e amigos, buscando ingressar no ramo público, com o sonho de melhoria de vida para si e sua família, estabilidade e realização de seu sonho, porém, não é isso que acontece.

Após o preparo intelectual e as vezes até físico o candidato aprovado não tem garantia de ser chamado a ingressar no ramo público, ficando assim refém do arbítrio da administração pública, mesmo já cumprindo sua parte.

Empatizados pelo sofrimento passado pelos concurreseiros, propomos o presente projeto de lei buscando disciplinar a forma que as organizadoras dos concursos deverão agir.

Sala das Sessões, em 2/8/2016.

a) Marcia Lia - PT

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 29, DE 2016

Inclui o município de Terra Roxa na Região Metropolitana de Ribeirão Preto

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica integrada na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, unidade regional do Estado de São Paulo criada pela Lei Complementar nº 1.290 de 06 de Julho de 2016, a área territorial do município de Terra Roxa.

Artigo 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo promover a inserção do Município de Terra Roxa na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, criada recentemente pela Lei Complementar nº 1.290/2016.

A incorporação na RMRP é o anseio da população Terrarense, fundamentada em estudos e análises efetuadas; que comprovam que o município de Terra Roxa mantém um fluxo de pessoas e relações de âmbito econômico e social das mais intensas com o município de Ribeirão Preto, sede da Região Metropolitana, assim como com outros municípios limítrofes da região, em conformidade com o estabelecido no artigo 25 § 3º da Constituição Federal, cc os artigos 152 a 158 da Carta Bandeirante e artigo 6º da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994.

Vale observar que cidades próximas a Terra Roxa, como Jaboticabal da qual dista apenas 60Km e Morro Agudo, com 40 KM de distância pertencentes ao mesmo eixo geográfico, foram incluídas originalmente na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

A par disso, Terra Roxa tem em Ribeirão Preto referência em inúmeros serviços públicos e particulares, tais como saúde, transporte, educação, trabalho, justiça, indústria e comércio, lazer, etc.

Análise do sistema urbano, socioeconômico, ambiental, aspectos do saneamento e fluxo entre os municípios preenchem as exigências legais necessárias para efetiva inclusão, não havendo, uma vez observadas formalidades legais, óbice para inclusão do município de Terra Roxa na referida Região Metropolitana.

A inserção de Terra Roxa na RMRP será um importante fator de integração de políticas públicas e planejamento integrado, com grande avanço no desenvolvimento econômico, e social, beneficiando sobremaneira seus moradores e também os habitantes dos 34 municípios já incluídos na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, com reflexos evidentes, haja vista o aperfeiçoamento da gestão do desenvolvimento urbano e planejamento integrado com ações conjuntas nesses municípios.

Diante do exposto, assim demonstradas a conveniência, a necessidade e entendimento que Terra Roxa deve ser incluída na RMRP, justificamos o encaminhamento para aprovação do Projeto de lei em comento, contando com a proverbial atenção de nossos pares.

Sala das Sessões, em 3/8/2016.

a) Léio Oliveira - PMDB

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 30, DE 2016

Inclui o município de Bebedouro na Região Metropolitana de Ribeirão Preto

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica integrada na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, unidade regional do Estado de São Paulo criada pela Lei Complementar nº 1.290 de 06 de Julho de 2016, a área territorial do município de Bebedouro.

Artigo 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo promover a inserção do Município de Bebedouro na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, criada recentemente pela Lei Complementar nº 1.290/2016.

A incorporação na RMRP é anseio da população Bebedourense fundamentada em estudos e análises efetuadas, que comprovam que o município de Bebedouro mantém um fluxo de pessoas e relações de âmbito econômico e social das mais intensas com o município de Ribeirão Preto, sede da Região Metropolitana, assim como com outros municípios limítrofes da região, em conformidade com o estabelecido no artigo 25 § 3º da Constituição Federal, cc os artigos 152 a 158 da Carta Bandeirante e artigo 6º da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994.

Vale observar que cidades próximas a Bebedouro, como Pitangueiras a leste, Jaboticabal a sul, e Taquaral, da qual dista apenas 10Km, pertencentes ao mesmo eixo geográfico, foram incluídas originalmente na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

A par disso, Bebedouro tem em Ribeirão Preto referência em inúmeros serviços públicos e particulares, tais como saúde, transporte, educação, trabalho, justiça, indústria e comércio, lazer, etc.

Análise do sistema urbano, socioeconômico, ambiental, aspectos do saneamento e fluxo entre os municípios preenchem as exigências legais necessárias para efetiva inclusão, não havendo, uma vez observadas formalidades legais, óbice para inclusão do município de Bebedouro na referida Região Metropolitana.

A inserção de Bebedouro na RMRP será um importante fator de integração de políticas públicas e planejamento integrado, com grande avanço no desenvolvimento econômico, e social, beneficiando sobremaneira seus moradores e também os habitantes dos 34 municípios já incluídos na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, com reflexos evidentes, haja vista o aperfeiçoamento da gestão do desenvolvimento urbano e planejamento integrado com ações conjuntas nesses municípios.

Diante do exposto, assim demonstradas a conveniência, a necessidade e entendimento que Bebedouro deve ser incluída na RMRP, justificamos o encaminhamento para aprovação do Projeto de lei em comento, contando com a proverbial atenção de nossos pares.

Sala das Sessões, em 3/8/2016.

a) Léio Oliveira - PMDB

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 31, DE 2016

Inclui o município de Taiapu na Região Metropolitana de Ribeirão Preto

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica integrada na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, unidade regional do Estado de São Paulo criada pela Lei Complementar nº 1.290 de 06 de Julho de 2016, a área territorial do município de Taiapu.

Artigo 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo promover a inserção do Município de Taiapu na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, criada recentemente pela Lei Complementar nº 1.290/16.

A incorporação na RMRP é o anseio da população Taiapuense, fundamentada em estudos e análises efetuadas, o município de Taiapu mantém um fluxo de pessoas e relações de âmbito econômico e social das mais intensas com o município de Ribeirão Preto, sede da Região Metropolitana, assim como com outros municípios limítrofes da região, em conformidade com o estabelecido no artigo 25 § 3º da Constituição Federal, cc os artigos 152 a 158 da Carta Bandeirante e artigo 6º da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994.

Vale observar que cidades próximas a Taiapu, como Taiuva, da qual dista apenas 7Km, pertencentes ao mesmo eixo geográfico foram incluídas originalmente na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

A par disso, Taiapu tem em Ribeirão Preto referência em inúmeros serviços públicos e particulares, tais como saúde, transporte, educação, trabalho, justiça, indústria e comércio, lazer, etc.

Análise do sistema urbano, socioeconômico, ambiental, aspectos do saneamento e fluxo entre os municípios preenchem as exigências legais necessárias para efetiva inclusão, não havendo, uma vez observadas formalidades legais, óbice para inclusão do município de Taiapu na referida Região Metropolitana.

A inserção de Taiapu na RMRP será um importante fator de integração de políticas públicas e planejamento integrado, com grande avanço no desenvolvimento econômico, e social, beneficiando sobremaneira seus moradores e também os habitantes dos 34 municípios já incluídos na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, com reflexos evidentes, haja vista o aperfeiçoamento da gestão do desenvolvimento urbano e planejamento integrado com ações conjuntas nesses municípios.

Diante do exposto, assim demonstradas a conveniência, a necessidade e entendimento que Taiapu deve ser incluída na RMRP, justificamos o encaminhamento para aprovação do Projeto de lei em comento, contando com a proverbial atenção de nossos pares.

Sala das Sessões, em 3/8/2016.

a) Léio Oliveira - PMDB

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 32, DE 2016

Inclui o município de Porto Ferreira na Região Metropolitana de Ribeirão Preto

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica integrada na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, unidade regional do Estado de São Paulo criada pela Lei Complementar nº 1.290 de 06 de Julho de 2016, a área territorial do município de Porto Ferreira.

Artigo 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo promover a inserção do Município de Porto Ferreira na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, criada recentemente pela Lei Complementar nº 1.290/16.

A incorporação na RMRP é o anseio da população Ferreirense, fundamentada em estudos e análises efetuadas, que comprovam que o município de Porto Ferreira mantém um fluxo de pessoas e relações de âmbito econômico e social das mais intensas com o município de Ribeirão Preto, sede da Região Metropolitana, assim como com outros municípios limítrofes da região, em conformidade com o estabelecido no artigo 25 § 3º da Constituição Federal, cc os artigos 152 a 158 da Carta Bandeirante e artigo 6º da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994.

Vale observar que cidades próximas a Porto Ferreira, como Santa Rita do Passa Quatro, da qual dista apenas 21km pertencente ao mesmo eixo geográfico, foi incluída originalmente na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

A par disso, Porto Ferreira tem em Ribeirão Preto referência em inúmeros serviços públicos e particulares, tais como saúde, transporte, educação, trabalho, justiça, indústria e comércio, lazer, etc.

Análise do sistema urbano, socioeconômico, ambiental, aspectos do saneamento e fluxo entre os municípios preenchem as exigências legais necessárias para efetiva inclusão, não havendo, uma vez observadas formalidades legais, óbice para inclusão do município de Porto Ferreira na referida Região Metropolitana.

A inserção de Porto Ferreira na RMRP será um importante fator de integração de políticas públicas e planejamento integrado, com grande avanço no desenvolvimento econômico, e social, beneficiando sobremaneira seus moradores e também os habitantes dos 34 municípios já incluídos na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, com reflexos evidentes, haja vista o aperfeiçoamento da gestão do desenvolvimento urbano e planejamento integrado com ações conjuntas nesses municípios.

Diante do exposto, assim demonstradas a conveniência, a necessidade e entendimento que Porto Ferreira deve ser incluída na RMRP, justificamos o encaminhamento para aprovação do Projeto de lei em comento, contando com a proverbial atenção de nossos pares.

Sala das Sessões, em 3/8/2016.

a) Léio Oliveira - PMDB

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 33, DE 2016

Inclui o município de Taquaritinga na Região Metropolitana de Ribeirão Preto

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica integrada na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, unidade regional do Estado de São Paulo criada pela Lei Complementar nº 1.290 de 06 de Julho de 2016, a área territorial do município de Taquaritinga.

Artigo 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo promover a inserção do Município de Taquaritinga na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, criada recentemente pela Lei Complementar nº 1.290/16.

A incorporação na RMRP é o anseio da população Taquaritinguense, também fundamentando em estudos e análises efetuadas, o município de Taquaritinga mantém um fluxo de pessoas e relações de âmbito econômico e social das mais intensas com o município de Ribeirão Preto, sede da Região Metropolitana, assim como com outros municípios limítrofes da região, em conformidade com o estabelecido no artigo 25 § 3º da Constituição Federal, cc os artigos 152 a 158 da Carta Bandeirante e artigo 6º da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994.

Vale observar que cidades próximas a Taquaritinga, como Monte Alto, da qual dista apenas 16Km e Jaboticabal da qual foi Distrito, pertencentes ao mesmo eixo geográfico foram incluídas originalmente na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

A par disso, Taquaritinga tem em Ribeirão Preto referência em inúmeros serviços públicos e particulares, tais como saúde, transporte, educação, trabalho, justiça, indústria e comércio, lazer, etc.

Análise do sistema urbano, socioeconômico, ambiental, aspectos do saneamento e fluxo entre os municípios preenchem as exigências legais necessárias para efetiva inclusão, não havendo, uma vez observadas formalidades legais, óbice para inclusão do município de Taquaritinga na referida Região Metropolitana.

A inserção de Taquaritinga na RMRP será um importante fator de integração de políticas públicas e planejamento integrado, com grande avanço no desenvolvimento econômico, e social, beneficiando sobremaneira seus moradores e também os habitantes dos 34 municípios já incluídos na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, com reflexos evidentes, haja vista o aperfeiçoamento da gestão do desenvolvimento urbano e planejamento integrado com ações conjuntas nesses municípios.

Diante do exposto, assim demonstradas a conveniência, a necessidade e entendimento que Taquaritinga deve ser incluída na RMRP, justificamos o encaminhamento para aprovação do Projeto de lei em comento, contando com a proverbial atenção de nossos pares.

Sala das Sessões, em 3/8/2016.

a) Léio Oliveira - PMDB

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 191, DE 2016

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requerio seja oficiado ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Máximo Alves Barbosa Filho, para que preste as seguintes informações:

- 1- Quais os municípios ou áreas no estado que dispõem de Patrulha Rural?
- 2- Qual a área de cobertura em que atuam essas Patrulhas?
- 3- Qual o efetivo policial nesse serviço?
- 4- Quantas viaturas estão em operação?
- 5- Existe no orçamento do Estado verba específica para o Patrulhamento Rural?

6- Existem projetos para aumento de seu efetivo, equipamentos e veículos?

7- Em caso positivo, qual a previsão de efetivação dessa medida?

8- Quais cidades serão beneficiadas?

9- Quais os critérios para escolha desses municípios?

JUSTIFICATIVA

Considerando, o aumento dos número de furtos, roubos, homicídios e latrocínios na área rural em todo o estado; que originaram matérias jornalísticas, cobertura e repercussão na imprensa paulista, acerca desses constantes crimes;

Considerando, que os criminosos usam cada vez mais de violência, armas potentes e de grosso calibre, vandalizando propriedades, humilhando proprietários e trabalhadores, espalhando pânico e terror em várias cidades do estado; merecendo destaque um registro de latrocínio de um idoso, com requintes de crueldade, na área rural de Miguelópolis, na região de Franca;

Considerando as inúmeras ocorrências que originaram matérias jornalísticas, cobertura e repercussão na imprensa paulista, acerca desses constantes assaltos;

Considerando por fim, o latente interesse público que reveste a necessidade de informações a respeito do presente caso, com vistas a adoção de medidas preventivas e corretivas, considero adequada a propositura do presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, em 4/8/2016.

a) Léio Oliveira

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTOS

PAULO CORREA JR

1505/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de AGUAÍ.

1506/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de ALVINLÂNDIA.

1507/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de VOTUPORANGA.

1508/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de ELISIÁRIO.

1509/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de PEREIRAS.

1510/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de CANANÉIA.

1511/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de APIAÍ.

1512/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de SOROCABA.

1513/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de ITARARÉ.

1514/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de BARRETOS.

1515/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de TAQUARAL.

1516/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de ARARAQUARA.

1517/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de SÃO BERNARDO DO CAMPO.

1518/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de CAJURU.

1519/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de SÃO ROQUE.

1520/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de TAQUARITINGA.

1521/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de ARARAS.

1522/2016

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de JAUÍ.

REQUERIMENTO Nº 1523, DE 2016

Requero, nos termos do artigo 35 da XIV Consolidação do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão de Representação, com a finalidade de participar do Fórum do Campo ao Consumidor – Compras Governamentais, que se realizará no dia 31 de Agosto de 2016, na cidade de Bebedouro-SP.

JUSTIFICATIVA

O fórum é um espaço para gestores públicos, fornecedores e cidadãos compartilharem e divulgarem boas práticas na área de compras governamentais.

A contratação pública é uma alternativa de negócio viável para as micro e pequenas empresas e para os empreendedores individuais.

O evento contará com a participação do FNDE, MDA, SEBRAE, FAESP, além de cooperativas e associações.

É de suma importância que esta Casa de Leis constitua uma Comissão de Representação com a finalidade de participar do Fórum do Campo ao Consumidor – Compras Governamentais, que se realizará no município de Bebedouro-SP.

Sala das Sessões, em -4/8/2016.

a) Marcia Lia a) Cezinha de Madureira a) Ramalho da Construção a) Enio Tatto a) João Paulo Rillo a) Coronel Camilo a) Welson Gasparini a) Hélio Nishimoto a) Carlão Pignatari a) Marcos Damasio a) Ricardo Madalena a) Clélia Gomes a) José Zico Prado a) Barros Munhoz a) Gileno Gomes a) Antonio Salim Curciati a) Marta Costa a) Luiz Fernando Machado

REQUERIMENTO SOLICITANDO RETIRADA DE PROPOSITURA

LUIZ FERNANDO TEIXEIRA

Projeto de Lei 1613/2015

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO